



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE
LORDELO DO OURO E MASSARELOS

REGULAMENTO INTERNO

CENTRO DE CONVIVIO



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

NORMA I

Âmbito de Aplicação

A Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos possui acordo de cooperação para a resposta social de Centro de Convívio celebrado com o Centro Distrital de Segurança Social do Porto, em 28/02/1997 e rege-se pelas normas previstas neste regulamento.

NORMA II

Objetivos Específicos

O Centro de Convívio na sua atuação, tem como principais objetivos:

1. Prevenir a solidão e o isolamento;
2. Incentivar a participação e potenciar a inclusão social;
3. Fomentar as relações interpessoais e intergeracionais;
4. Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização.

NORMA III

Objetivos do Regulamento

O presente Regulamento Interno de Funcionamento visa:

1. Promover o respeito pelos direitos dos utentes e demais interessados;
2. Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento do estabelecimento/estrutura prestadora de serviços;
3. Promover a participação ativa dos utentes ou seus representantes legais ao nível da gestão das respostas sociais.

NORMA IV

Lotação do Centro de Convívio

Este Centro de Convívio tem capacidade para 50 utentes.

NORMA V

Serviços Prestados e Atividades Desenvolvidas

O Centro de Convívio assegura a prestação dos seguintes serviços:

1. Lanche;
2. Atividades animação e recreação;



CAPÍTULO II

PROCESSO DE ADMISSÃO DOS UTENTES

NORMA VI

Condições de Admissão

São condições de admissão neste estabelecimento:

1. Ter idade igual ou superior a 65 anos
2. Residir na freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos;
3. Efetuar a inscrição e aceitar o presente regulamento.

NORMA VII

Candidatura

Para efeitos de admissão, o utente deverá candidatar-se através do preenchimento de uma ficha de identificação que constitui parte integrante do processo do utente, devendo fazer prova das declarações efetuadas, mediante a entrega de cópia dos seguintes documentos:

1. Bilhete de Identidade do utente e do representante legal, quando necessário;
2. Cartão de Contribuinte do utente e do representante legal, quando necessário;
3. Cartão de Utente dos Serviços de saúde ou de subsistemas a que o utente pertença;

NORMA VIII

CrITÉrios de prioridades

As pessoas idosas ou os adultos dependentes, serão admitidos para o Centro de Convívio segundo parecer/avaliação do diretor técnico, parecer este baseado num estudo sociofamiliar segundo as seguintes prioridades:

- Ser residente na freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos;
- Ter completado 65 anos de idade;
- Encontrar-se na situação de pensionista
- Encontrar-se em situação de risco de acelerar o processo de envelhecimento;

A admissão dos idosos no Centro de Convívio será condicionada pelas vagas existentes e segundo os critérios de prioridade e as condições do presente regulamento.

NORMA IX

Lista de espera

Caso não seja possível proceder à admissão por inexistência de vagas, é comunicado ao utente que entrará para a lista de espera.



CAPÍTULO III

INSTALAÇÕES E REGRAS DE FUNCIONAMENTO

NORMA X

Instalações

O Centro de Convívio está sediado na Rua do Campo Alegre nº244 – 1º e as suas instalações são compostas por uma sala de convívio, cozinha, despensa e quartos de banho para ambos os sexos.

NORMA XI

Horários e período de Funcionamento

1. O Centro de Convívio funciona nos 12 meses do ano, de segunda a sexta-feira das 14H às 17H, excetuando-se os dias feriados nacionais ou municipais
2. Para a realização de limpeza, desinfeção e desinfestação, o centro de convívio encerra num período de 15 dias úteis e data a determinar anualmente.
3. Para não prejudicar o normal funcionamento deste equipamento a entrada dos utentes deverá ser realizada até às 15H30.

NORMA XII

Pagamento da Mensalidade

O pagamento da mensalidade/comparticipação é efetuado entre o dia 01 e 08 de cada mês na Secretaria do edifício de Massarelos.

NORMA XIII

Tabela de Participações

1. A tabela de participações familiares é calculada de acordo com a legislação/normativos em vigor designadamente com o disposto na circular Normativa nº3, de 02/05/97 da Direção Geral da Ação Social (DGAS) e foi utilizada a cláusula no XIII do referido normativo que estabelece o regime das situações especiais.
2. Todos os clientes do Centro de Convívio estão obrigados ao pagamento de uma mensalidade que é 1,5% da reforma/pensão que recebem.
3. As participações são objeto de revisão anual de acordo com a legislação em vigor e realizam-se no início do ano civil.

NORMA XIV

Quadro de Pessoal

1. O quadro de pessoal deste estabelecimento/estrutura prestadora de serviços encontra-se afixado em local bem visível, contendo a indicação do número de recursos humanos (direção



técnica, equipa técnica, pessoal auxiliar e voluntários), formação e conteúdo funcional, definido de acordo com a legislação/normativos em vigor.

2. A Direção Técnica do Centro de Convívio compete a um técnico, nos termos do Guião Técnico da Direcção-Geral da Acção Social de Dezembro de 1996 cujo nome, formação e conteúdo funcional se encontra afixado em lugar visível.
3. Para além do coordenador técnico, assistente operacional, responsável pela confeção do lanche e limpeza das instalações, o centro de convívio pode funcionar com pessoal de outras estruturas bem como voluntários devidamente enquadrados.

NORMA XV

Modalidades de participação de familiares e voluntários

1. Estão previstos meios para facilitar a participação/disponibilização de informação aos clientes, familiares e voluntários, nomeadamente:
 - a) Dia de atendimento com o coordenador de centro (afixado em local visível);
 - b) Realização de sessões de informação/formação;
 - c) Envio de comunicações;
 - d) Participação nas atividades;
 - e) Sistema de apresentação de reclamações/sugestões

CAPÍTULO IV

DIREITOS E DEVERES

NORMA XVI

Deveres do Utente

O cliente do Centro de Convívio deve:

1. Observar o cumprimento das regras expressas no regulamento interno;
2. Participar na medida dos seus interesses e possibilidades nas atividades desenvolvidas;
3. Comparticipar nos custos dos serviços prestados, de acordo com o estabelecido.

NORMA XVII

Direitos do Utente

O utilizador tem direito a:

1. Usufruir de ajudas adequadas à sua situação e que se situem no âmbito das atividades do Centro de Convívio;
2. Participar nas atividades, de acordo com os seus interesses e possibilidades;
3. Exigir respeito pela sua identidade pessoalidade e privacidade.



NORMA XVIII

Direitos dos colaboradores

1. Os colaboradores do Centro de Convívio gozam do direito de serem tratados com educação e urbanidade.

NORMA XIX

Deveres dos colaboradores

Aos colaboradores do Centro de Convívio cabe o cumprimento dos deveres inerentes ao exercício dos respetivos cargos, nos termos da legislação em vigor.

NORMA XX

Da cessação

O utente que pretender prescindir da frequência do Centro de Convívio, deverá fazê-lo por escrito dirigido ao Director Técnico, para que o mesmo seja anexado ao processo individual e arquivado.

NORMA XXI

Contrato

Nos termos da legislação em vigor, entre o utente ou seu representante legal e a entidade gestora do estabelecimento/serviço deve ser celebrado, por escrito, um contrato de prestação de serviços.

NORMA XXII

Livro de Reclamações

Nos termos da legislação em vigor, o Centro de Convívio possui livro de reclamações, que poderá ser solicitado na Secretaria da Junta de Freguesia sempre que desejado.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

NORMA XXIII

Alterações ao Regulamento

Nos termos do regulamento da legislação em vigor, o executivo da Junta de Freguesia informará e contratualizará com os utentes ou seus representantes legais sobre quaisquer alterações ao presente regulamento com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da sua entrada em vigor, sem prejuízo do direito à resolução do contrato a que a estes assiste.

Estas alterações serão comunicadas à entidade competente para o licenciamento/acompanhamento técnico da resposta social.



NORMA XXIV **Integração de Lacunas**

Em caso de eventuais lacunas, as mesmas serão supridas pelo executivo da junta de freguesia de Massarelos, tendo em conta a legislação/normativos em vigor sobre a matéria.

NORMA XXV **Entrada em Vigor**

O presente regulamento entra em vigor depois de ter sido aprovado em 06 de Março de 2012.

Contactos

Junta de Freguesia da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos
Rua de Serralves, nº.8
4150-701 Porto
Telefone: 226061020 - 226166910